

A crise silenciosa da Amazônia

CASO 3

CESER BUSNELLO



Autorização de Exploração Florestal (AUTEF)	985/2010	Data de validade	27/08/2011
Licença Ambiental Rural (LAR)	1214/2010	Tipo de ipê	Não declarado
Área total da propriedade (Fazenda Agro Santa Fé I)	1,800.00ha	Número de árvores de ipê declarado na unidade de produção anual (UPA)	Não especificado
Área de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)	1,800.00ha	Volume e a densidade total de árvores de ipê declaradas na UPA	7,046.16m ³ (4.26m ³ /ha)
Área líquida autorizada para a colheita sob AUTEF		1,793.66ha	
Especialista (engenheiro florestal) responsável pela proposta de PMFS		Rejane Guedes de Moura e Silva	
Proprietário do imóvel		Cesar Busnello	

Autorização de Exploração Florestal (AUTEF)	2173/2012	Data de validade	08/08/2013
Licença Ambiental Rural (LAR)	2200/2012	Tipo de ipê	Não declarado
Área total da propriedade (Fazenda Agro Santa Fé II)	1,800.00ha	Número de árvores de ipê declarado na unidade de produção anual (UPA)	87
Área de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)	1,800.00ha	Volume e a densidade total de árvores de ipê declaradas na UPA	570.83m ³ (0.32m ³ /ha)
Área líquida autorizada para a colheita sob AUTEF		1,786.46ha	
Especialista (engenheiro florestal) responsável pela proposta de PMFS		Wanderlan Oliveira Souza	
Proprietário do imóvel		Cesar Busnello	



Madeira exportada pela Madreira Rancho da Cabocla Ltda, conhecida por ter utilizado durante muito tempo os créditos das Fazendas Agro Santa Fé I e II. O Rancho da Cabocla exportou recentemente madeira para, ao menos, França, Bélgica e EUA.



Um histórico de exploração madeireira ilegal

De acordo com relatos da imprensa, Ceser Busnello, dono de duas propriedades com 1.800 hectares cada, foi assassinado em outubro de 2012, possivelmente como resultado de uma disputa de terra¹. As Fazendas Agro Santa Fé I e II, no município de Prainha, no estado do Pará, apresentavam Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) aprovados, que abrangiam a totalidade das propriedades.

Tais propriedades não eram as únicas associadas a Busnello. Em novembro de 2011, após o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) ter descoberto um título de terra falso² em seu nome relacionado à fazenda Jatobá (município de Juruti, no oeste do estado), uma operação de campo conjunta foi montada pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMA), o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDEFLOR), a Polícia Ambiental e o Centro Renato Chaves para Investigação Científica. Um total de 4.018 m³ de toras coletadas ilegalmente foi apreendido e o PMFS em posse de um indivíduo que arrendava a propriedade de Busnello foi suspenso³.

A engenheira florestal que havia elaborado o PFMS para a propriedade Fazenda Agro Santa Fé I, de Busnello, conforme a AUTEF 985/2010, havia sido Rejane Guedes de Moura, já previamente acusada por operar ilegalmente. Conforme investigação anterior do Greenpeace, Rejane foi presa e acusada pela Polícia Federal em dezembro de 2006 durante uma operação destinada a combater a exploração madeireira ilegal e crimes relacionados na área de Prainha. Em 2012 ela foi condenada⁴.

Ela também trabalhou no PMFS para a fazenda Taperinha, que faz parte do Espólio de Violeta Elizabeth Hagmann, outro local destacado pelo Greenpeace como palco de práticas madeireiras duvidosas.

A propriedade Agro Santa Fé I teve seu registro no Cadastro de Produtores e Consumidores de Produtos Florestais (CEPROF) suspenso pela SEMA em novembro de 2012, imediatamente após a morte de Busnello. De acordo com a SEMA, a suspensão foi imposta após um relatório de seu Departamento Jurídico (CONJUR) constatar “danos irreparáveis ao meio ambiente”⁵.

Geração de créditos em excesso

Em novembro de 2013, uma equipe de inspeção do Greenpeace verificou uma amostra das árvores mencionadas nos inventários florestais para as AUTEFs 985/2010 e 2173/2012. Das 11 árvores verificadas no inventário, apenas três foram constatadas como existentes no campo. Além disso, a fórmula usada para calcular o volume total de madeira na propriedade Fazenda Agro Santa Fé I havia sido aplicada incorretamente, resultando em uma superestimativa de mais de 5.500m³ (quase 14% do total). Por sua vez, isso resultou na emissão de créditos de madeira em excesso que foram quase certamente usados para lavar carregamentos ilegais.

Processamento

Pesquisa do Greenpeace verificou que 99,8% dos créditos gerados pela AUTEF 985/2010 e 70% dos créditos gerados pela AUTEF 2173/2012 foram comercializados⁶. Estes créditos foram usados para vender madeira para 24 serrarias diferentes, incluindo a Madesa Madeireira Santarém Ltda., uma empresa de processamento e exportação de madeira com longo histórico de ilegalidade e não conformidade com as leis.

© Marizilda Cruppe/Greenpeace



Foto aérea mostra evidência de desmate em Uruará, no Pará. 29/03/2014

Caminhões carregados de madeira aguardam o reparo da balsa usada para cruzar o rio Curuá-Una, perto de Santarém, no Pará. 27/03/2014



© Marizilda Cruppe/Greenpeace

Madesa – Crimes em série ⁷

MA Madesa iniciou suas operações em Santarém em 1987 e recebeu sua primeira multa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) dois anos depois. Entre 1990 e 2007, a empresa foi multada cerca de 25 vezes por transporte, armazenamento e venda de madeira ilegal, bem como pela tentativa de impedir a realização de inspeções ambientais pelas autoridades⁸.

Em setembro de 1997, o Greenpeace acompanhou uma inspeção realizada pelo IBAMA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA) em duas das áreas sob PMFS da empresa, onde constataram que tal coleta havia sido realizada de forma desordenada e predatória⁹.

Em julho de 2001, um dos planos de manejo da empresa abrangendo cerca de 2.500 hectares de terras públicas federais foi encerrado – mas somente após a empresa ter coletado e

exportado toda a madeira da área. De acordo com o Ministério Público Federal em Santarém, a empresa também coletou madeira sem autorização em 7.500 hectares de outras áreas públicas. Os diretores da empresa foram considerados culpados pelo corte de madeira ilegal, mas apelaram ao Tribunal Regional Federal. O caso ainda está em julgamento¹⁰.

Em 2006, a Madesa foi multada por armazenar 2.369 m³ de madeira em situação irregular e foi multada novamente em 2007 pelo transporte de 37 m³ sem uma licença válida. Em agosto de 2006, o INCRA flagrou a empresa realizando coleta ilegal de madeira dentro dos limites do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Renascer II. Embora estivesse em terras públicas, a empresa alegou que 40% da área era de sua propriedade e continuou a coleta da madeira na região em 2008, conforme relatado pelo Greenpeace¹¹.

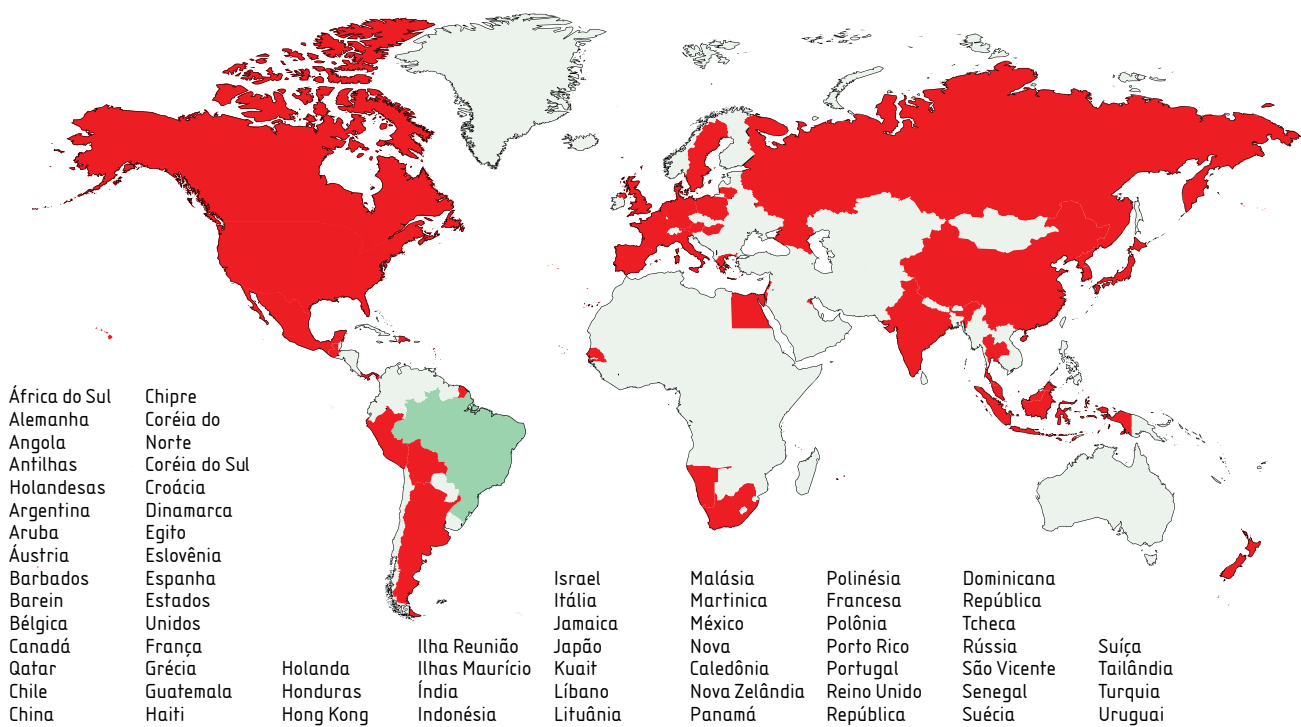
De acordo com o IBAMA, a empresa está na lista de embargados desde 2008 até hoje.¹²

Clientes internacionais para madeira suspeita

Desde fevereiro de 2013, serrarias que compraram e processaram madeira identificada com créditos das Fazendas Agro Santa Fé I e II revenderam a madeira serrada para pelo menos 71 empresas exportadoras. Dentre elas, estão a Vitória Régia Exportadora e a Madesa, mencionada acima, que além de exportadores de madeira de extração própria, têm trabalhado com madeira de várias das outras serrarias.

Entre os 60 países para os quais as empresas associadas às Fazendas Agro Santa Fé I e II exportaram madeira estão Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, China, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Israel, Itália, Japão, Portugal, Grã-Bretanha e Turquia.

Agro Santa Fé I e II's e seus mercados



Madeira lavada com o uso de créditos das Fazendas Agro Santa Fé I e II pode ter sido exportada para os países mostrados.

Notas

- 1 G1 (2012) Polícia investiga assassinato de empresário em Santarém, Pará, 19 October. <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/10/policia-investiga-assassinato-de-empresario-em-santarem-para.html>
- 2 Diário do Pará (2011) Itepa quer apurar fraudes fundiárias, 26 de outubro. www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=144629
- 3 O Impacto (2012) Sema vai leiloar 25 espécies de madeira apreendida em Juruti, 7 de junho. <http://m.oimpacto.com.br/meio-ambiente/sema-vai-leiloar-25-especies-de-madeira-apreendida-em-juruti/>
- 4 Diário de Justiça do Estado de Pará (2012) 9 de maio, p530. www.jusbrasil.com.br/diarios/36778061/djpa-09-05-2012-pg-530
- 5 SEMA (Pará) Documento 2012/32983, que inclui memorando nº 74364/2012/DGFLOR.
- 6 MPF/PA, Investigation Processo nº 1.23.000.001187/2013-31.
- 7 Toda essa informação sobre Madesa encontra-se no relatório do Greenpeace report Financiando a Destruição (2008), available at www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2008/4/financiando-a-destrui-o.pdf
- 8 Caso nº A.I. 303036-D. IBAMA Website público para consulta sobre empresas e áreas embargadas. <https://servicos.ibama.gov.br/ctff/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>
- 9 Greenpeace (2008) Financiando a Destruição.
- 10 <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/pagina-inicial.htm>, caso nº 2001.39.02.000799-0
- 11 Greenpeace (2008) Financiando a Destruição.
- 12 Caso nº A.I.-528617. IBAMA Website público para consulta sobre empresas e áreas embargadas. <https://servicos.ibama.gov.br/ctff/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>